



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
Conselho Nacional de Recursos Hídricos
Câmara Técnica de Análise de Projeto - CTAP
SEPN 505 - Bloco B - Edifício Marie Prendi Cruz, 1º andar - Sala 108 - Brasília-DF
CEP: 70.730-542.
Tel.: (61) 3105-2082; sec.executiva@cnrh.gov.br; sitio

MINUTA

Nota Técnica nº 001/2009/CTAP

Brasília, ___ de setembro de 2009.

Assunto: Proposta de moção que recomenda a aprovação de substitutivo ao Projeto de Lei nº 3.009, de 1997, proposto pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos-CNRH.

APRESENTAÇÃO

1. Para elaboração da proposta de moção em epígrafe foram realizadas 14 reuniões no âmbito da CTAP, sendo 6 protagonizadas pelo Grupo de Trabalho Eclusas e 8 pela própria CTAP, iniciadas a partir da 44ª Reunião, em 17 de fevereiro de 2005, com a criação do Grupo de Trabalho Eclusas Integradas, o GT-Eclusas.

2. A proposta de Moção dirigida ao Presidente da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, aos Presidentes das Comissões de Minas e Energia-CME, Viação e Transportes-CVT e Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável-CMADS, bem como os Deputados Federais Eliseu Padiha e Arnaldo Jardim, relatores do PL-3009/97, tem como anexo a versão substitutiva aprovada na CTAP, contendo doze artigos que dispõem sobre aspectos técnicos e institucionais a serem observados para tornar obrigatória a construção ~~simultânea~~ de eclusas e outros mecanismos de transposição em barragens.

3. Esta Nota Técnica está estruturada da seguinte forma:

- ✓ **Introdução**
- ✓ **Estratégia da CTAP**
- ✓ **Considerações sobre o substitutivo ao ~~PL~~-3009/97**
- ✓ **Considerações finais**
- ✓ **Encaminhamentos**
- ✓ **Anexo: Processo nº 02000.002026/2008-83**

INTRODUÇÃO

4. A Política Nacional possui como um de seus fundamentos a gestão dos recursos hídricos sempre proporcionando o uso múltiplo das águas onde se insere a proposta.

5. O Plano Nacional de Recursos Hídricos contempla no Programa VI - “Usos Múltiplos e Gestão Integrada de Recursos Hídricos”, especificamente no Subprograma VI.3, ações relativas a gestão das demandas, resolução de conflitos e uso múltiplo e integrado de recursos hídricos, a saber.

6. Entre as atribuições da CTAP encontra-se

- acompanhar, analisar, estudar e emitir parecer sobre projetos de aproveitamento de recursos hídricos, cujas repercussões extrapolem o âmbito dos estados em que serão implantados.

7. É importante ressaltar que a CTAP conta em sua composição com representantes de diversos setores, a saber: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Ministério da Integração Nacional; Ministério dos Transportes; Ministério de Minas e Energia; Ministério do Meio Ambiente/SRHU; Ministério do Meio Ambiente/ANA; Ministério da Pesca e Aquicultura; Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos – Bahia/Ceará e São Paulo/Rio de Janeiro; Concessionárias Autorizadas de Geração Hidrelétrica; Prestadores de Serviço Público de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário; Pescadores e Usuários ~~parade~~ Lazer e Turismo; Comitês de Bacias Hidrográficas; Consórcios e Associações Intermunicipais de Bacias Hidrográficas; Organizações Técnicas; Organizações de Ensino e Pesquisa, e Organizações não Governamentais.

ESTRATÉGIA DA CTAP

8. A CTAP definiu uma estratégia de trabalho pautada nas discussões e contribuições de seus integrantes, além de apresentações de diversos palestrantes convidados nas diferentes áreas de abrangência do escopo da proposta.

9. Com base na experiência profissional e acadêmica de seus integrantes, na análise de documentos e normas legais relacionados ao tema e nas palestras apresentadas por especialistas, as propostas surgiram sistematicamente e foram consolidadas na CTAP, envolvendo tanto aspectos técnicos como institucionais, os quais estão apresentados após o item CONSIDERAÇÕES SOBRE O SUBSTITUTIVO AO PL-3009/97 desta Nota Técnica.

10. Dois aspectos principais nortearam as discussões do GT e da CTAP: i) a polarização entre o setor elétrico e o setor de transportes que culminou com o impasse na 6ª reunião do GT-Eclusas; e ii) a necessidade de adoção de uma estratégia de condução nas reuniões da CTAP que minimizasse o retorno de discussões já superadas, principalmente entre os representantes do setor elétrico e de transportes e privilegiasse os múltiplos usos. Nesse sentido, a participação dos atores representando os diversos segmentos que compõem a CTAP foi decisivo. Foi consenso geral que somente poderia ter sucesso uma proposta que contemplasse tais aspectos. Como estratégia, portanto, como poderá ser observado no corpo da proposta, criou-se um arcabouço geral permitindo aos órgãos competentes avaliar e equacionar questões específicas a sua região de ação.

CONSIDERAÇÕES SOBRE A PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

11. Ementa: *Dispõe sobre a obrigatoriedade da inclusão declusas, ou dispositivos equivalentes de transposição de nível, e de equipamentos e procedimentos de proteção à fauna aquática, na implantação de barragens de cursos de água.*

16. Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a implantação declusas, ou outros dispositivos de transposição de nível, e de equipamentos e procedimentos de proteção à fauna aquática em barragens de cursos de água.

COMENTÁRIO. O Substitutivo ao Projeto de Lei nº 3.009-B, de 1997, propõe que se torne obrigatória, conforme regulamento, a implantação declusas em todas as barragens a serem construídas em rios navegáveis. Propõe, também, procedimentos destinados à preservação da fauna aquática, desde que exigidos no licenciamento ambiental.

17. Art. 2º Consideram-se, para os efeitos desta Lei:

a - cursos de água navegáveis como as correntes, rios ou vias navegáveis constantes do Sistema Hidroviário Nacional, definido pela Lei n.º 5.917 de 10 de setembro de 1973, e legislação complementar ou sucedânea;

b - cursos de água potencialmente navegáveis como aqueles que, embora não estejam relacionados no Sistema Hidroviário Nacional, podem adquirir a condição de navegabilidade mediante a implantação de barragens ou outras obras destinadas a propiciar quaisquer usos de recursos hídricos, construção de canais, eclusas e demais dispositivos de transposição de níveis.

COMENTÁRIO. Define a abrangência do projeto de lei, com destaque para a alínea b para a situação de cursos que podem adquirir condição de navegabilidade. Esta conceituação não constava no projeto original.

18. Art. 3º O planejamento de barragens em cursos de água far-se-á de forma integrada com o planejamento da infraestrutura da navegação interior, conforme disposto em regulamento.

Parágrafo único. A União e os Estados articular-se-ão para o planejamento nacional integrado da localização de eclusas e outros dispositivos de transposição hidroviária de níveis.” (NR)

~~COMENTÁRIO. O planejamento integrado que se almeja é entre a geração hidrelétrica e a navegação, não entre a União e os estados. É certo que navegação é competência da União e dos estados e que articulação entre esses entes deve haver, mas dentro dos princípios e diretrizes para o sistema nacional de viação de que trata o inciso XXI do artigo 21 da Constituição da República Federativa do Brasil – CRFB, não na virtual lei em comento. É extremamente ilógico se planejar a utilização dos rios para navegação, definindo locais para construção de eclusas ou outros dispositivos de transposição hidroviária de níveis, sem se considerar o aproveitamento desses rios para geração hidrelétrica, pois o desperdício de tempo e recursos é patente, do mesmo modo que é irracional contruir barramentos para a geração de energia elétrica sem considerar o potencial hidroviário de um curso de água. Portanto, há de se considerar o melhor aproveitamento possível do potencial do rio em comum acordo entre o Ministério de Transportes e o Ministério de Minas e Energia.~~

É certo que navegação é competência da União e dos estados e que articulação entre esses entes deve haver, mas dentro dos princípios e diretrizes para o sistema nacional de viação de que trata o inciso XXI do artigo 21 da Constituição da República Federativa do Brasil – CRFB, não na virtual lei em comento.

19. Art. 4º Deverá ser garantida a separação dos aproveitamentos de cada uso dos recursos hídricos, no que se refere aos custos de estudos, investimentos, licitações, implantações de obras, manutenção e operação, respeitadas as áreas de competência dos respectivos órgãos públicos gestores ou de regulação.

Parágrafo único. A União e os Estados poderão arcar com os custos de estudos, implantação, manutenção e operação das eclusas ou outros dispositivos de transposição de níveis.

COMENTÁRIO. Em decorrência do Princípio da Independência dos Processos, salienta-se que a simultaneidade de construção entre o empreendimento hidrelétrico e os dispositivos de transposição hidroviária de níveis não deve ser previsto e acordado no planejamento integrado, eremptório legalmente, nem deve serto~~deve ser previsto e acordado no planejamento integrado, eremptório legalmente, nem deve serto~~davaria~~imputado ao concessionário do setor de energia elétrica. Ainda que, como mencionado, o planejamento de longo prazo do setor elétrico possa vir a disponibilizar informações que permitam identificar as oportunidades de instalação de dispositivos de transposição hidroviária de níveis, deve ser considerada a situação mais comum, aquela em que há completa independência entre os setores. Assim, o mais apropriado é que os projetos e estudos, desde a fase de estudos até sua implementação sejam separáveis, desde o início.~~

20. Art. 5º O serviço público de exploração de dispositivos de transposição hidroviária de níveis, precedido ou não de obra pública, pode ser prestado diretamente pelo ente da Federação que detenha o domínio do corpo de água em que for implantado, ou sob regime de concessão ou

permissão, quando couber, nos termos da legislação em vigor.

COMENTÁRIO. A disposição deste artigo busca definir que a operação de eclusas ou outros dispositivos de transposição hidroviária de níveis se caracteriza como serviço público. No entanto, é preciso lembrar que a Lei nº 9.074/1995 já estabelece que a exploração de obras ou serviços federais de barragens, contenções, eclusas, diques e irrigações, precedidas ou não da execução de obras públicas, sujeitam-se ao regime de concessão ou, quando couber, de permissão, nos termos da Lei nº 8.987/1995.

21. Art. 6º O projeto e a implantação da barragem deverão prever a construção parcial ou total da eclusa ou de outro dispositivo de transposição de nível, de forma a respeitar a manutenção das condições adequadas ao transporte hidroviário, quando for o caso, conforme o art. 13 da Lei nº 9.433/1997.

COMENTÁRIO. A definição sobre a construção parcial ou total ou; a não construção da eclusa simultaneamente com a barragem decorrerá também do planejamento integrado do aproveitamento dos recursos hídricos entre os setores elétrico e de transportes, baseados ainda no regulamento.

22. Art. 7º Cabe aos órgãos gestores de recursos hídricos determinar, quando couber, com base no planejamento previsto no art. 3º desta Lei e de acordo com a Lei 9433/1997, os casos de barramento em corpos de água em que é obrigatória a construção de eclusa ou outro dispositivo de transposição de nível.

COMENTÁRIO. Como estratégia, portanto, ~~como~~ poderá ser observado no corpo da proposta, criou-se um arcabouço geral permitindo aos órgãos competentes nas diversas esferas avaliar e equacionar questões específicas a sua região de ação. ~~Descentralização e competências, de acordo com o planejamento integrado.~~

23. Art. 8º O art. 27 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso V, renumerando-se os incisos subsequentes:

“Art. 27. Cabe à ANTAQ, em sua esfera de atuação:

.....

V - publicar os editais, julgar as licitações e celebrar os contratos de concessão para a exploração de serviços de operação de eclusas e outros dispositivos de transposição de níveis em hidrovias situadas em cursos de água de domínio da União;” (NR) .

COMENTÁRIO. COMENTÁRIO. A exemplo das demais agências reguladoras foi aqui definido o papel da ANTAQ quanto à competência para tratar de concorrência e exploração do serviço. Como estratégia, portanto, como poderá ser observado no corpo da proposta, criou-se um arcabouço geral permitindo aos órgãos competentes avaliar e equacionar questões específicas a sua região de ação. Descentralização e competências

24. Art. 9º O art. 82 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 82 São atribuições do DNIT, em sua esfera de atuação:

.....

IV – administrar, diretamente ou por meio de convênios de delegação ou cooperação, os programas de operação, manutenção, conservação, restauração e reposição de rodovias, ferrovias, vias navegáveis, inclusive eclusas e outros dispositivos de transposição de níveis em hidrovias situadas em cursos de água de domínio da União, e terminais e instalações portuárias;

V – gerenciar, diretamente ou por meio de convênios de delegação ou cooperação, projetos e obras de construção e ampliação de rodovias, ferrovias, vias navegáveis, inclusive eclusas e outros dispositivos de transposição de níveis em hidrovias situadas em cursos de água de domínio da União, terminais e instalações portuárias, decorrentes de investimentos programados pelo Ministério dos Transportes e autorizados pelo Orçamento Geral da União;

COMENTÁRIO. COMENTÁRIO. ~~Como estratégia, portanto, como poderá ser observado no corpo~~

~~da proposta, criou-se um arcabouço geral permitindo aos órgãos competentes avaliar e equacionar questões específicas a sua região de ação. Deseentralização e competências~~ Aqui foi reforçada a competência do DNIT quanto às suas responsabilidades quanto às vias navegáveis, explicitando as eclusas, embora integrantes das vias.

25. Art. 10 A implantação de escadas ou outros dispositivos que permitam a passagem de peixes em períodos de migração deverá ser simultânea à construção de barragens destinadas a qualquer finalidade, desde que exigida pelo respectivo licenciamento ambiental.

COMENTÁRIO. ~~Prevê a~~ A obrigatoriedade ~~de previsão~~, nos projetos e obras de barramento de cursos de água, ~~a construção~~ de escadas ou outros dispositivos que permitam a passagem de peixes em migração. Essas estruturas já são, hoje, obrigatórias nos projetos de barragens, por força de resoluções do ~~conama~~ CONAMA e de exigências dos processos de licenciamento ambiental. ~~n~~ No entanto, a explicitação das mesmas em lei dará mais força aos órgãos ambientais para exigir que sejam implantadas.

26. Art. 11 O não cumprimento do disposto nesta Lei sujeitará os infratores às penalidades previstas na legislação específica referente a crimes ambientais, licitações e contratos da administração pública, sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos e demais normas legais aplicáveis.

COMENTÁRIO. O ordenamento jurídico brasileiro já dispõe de instrumentos aplicáveis, qual seja a Lei de Crimes Ambientais (Lei 9.605/1998) que estabeleceu as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, ~~a~~ Lei das Águas (Lei nº 9433/1997), legislações referentes às normas para licitações e contratos da Administração Pública (Lei 8.666/1993) e a que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos (Lei 8.987/1995).

27. Art. 12 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

28.

29.

30.

31. Finalmente,

ENCAMINHAMENTOS

32. A presente proposta visa atender a uma das prioridades pelo Plenário do CNRH estabelecidas para a CTAP no ano de 2009.